



Introdução

Em 2020, cerca de 3.000 brasileiros foram roubados de pobres e desempregados devido ao distanciamento social proposto por governantes do Ministério da Saúde. Esse dinheiro foi fornecido pelo governo Banco Nacional após o registro. Pessoas desconhecidas, fraudulentas e parentes que usam parentes de parentes que não estão mais conosco, para possuir os dados pessoais de terceiros para seu próprio benefício, mesmo que isso seja considerado um crime, não existe atualmente nenhuma lei que proíba parentes ou mesmo pessoas, site e outras fontes divulgarem dados pessoais de alguém. Portanto, o Ministério restaurou a chamada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, Ministério da Defesa Nacional em 17 de agosto de 2020 Efetivo, efetivo este ano.

De acordo com o Artigo 5 da LGPD, dados pessoais são todas as informações relacionadas às chamadas "pessoas físicas" que são identificadas ou identificáveis. Os titulares de dados pessoais têm direitos, que podem ser exercidos mediante solicitação clara ao Ministério da Defesa. De acordo com a regulamentação do Ministério da Defesa Nacional, é designada a pessoa responsável pelo tratamento dos dados pessoais (LGPD, artigo 41, parágrafo 2):

Referencias bibliograficas

<https://olhardigital.com.br/2021/01/20/seguranca/vazamento-de-banco-de-dados-expoe-cpf-de-quase-toda-a-populacao-do-brasil/>
<https://olhardigital.com.br/2021/03/12/colunistas/megavazamento-de-dados-como-se-proteger-entenda>

Metodologia

A metodologia para o desenvolvimento da se aplica nas cinco etapas anteriores. Com o desenvolvimento da página web pode-se passar orientações e auxiliar as pessoas sobre o que é a Lei de Proteção geral de Dados, sobre o andamento de seus dados pessoais e alertas recentes do novos casos de roubo de dados, assim, o desenvolvimento do aplicativo mobile pode fornecer a segurança necessária e o recebimento dos alertas das atualizações de notícias sobre o assunto, em destaque com a importância da proteção. De acordo com o Artigo 5 da LGPD, dados pessoais são todas as informações relacionadas às chamadas "pessoas físicas" que são identificadas ou identificáveis. Os titulares de dados pessoais têm direitos, que podem ser exercidos mediante solicitação clara ao Ministério da Defesa. De acordo com a regulamentação do Ministério da Defesa Nacional, é designada a pessoa responsável pelo tratamento dos dados pessoais (LGPD, artigo 41, parágrafo 2):

